


Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 16332
Título: Só dois portugueses entre 300 juristas de todo o mundo					Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 1.4
2006/10/18	JORNAL DE NEGOCIOS – PRINCIPAL	Pág.41	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

DIREITO DA VINHA E DO VINHO

Só dois portugueses entre 300 juristas de todo o mundo

Isabel Cristina Costa
iccosta@mediafin.pt

A International Wine Law Association tem cerca de 300 juristas de todo o mundo, mas apenas dois são portugueses: o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) e a Sogrape. Pela primeira vez, a associação esteve em Portugal, no Porto, a convite do IVDP, no âmbito das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro.

Porque é que só há duas entidades portuguesas? “Porque implica disponibilidade quer para participar activamente quer financeira para estar em reuniões que se espalham por todo o mundo”, respondeu Ribeiro de Almeida, o jurista do IVDP, que acrescentou: “É também uma associação muito competitiva no plano intelectual, temos dos melhores juristas do mundo nesta área”. Os países com mais peso são os EUA, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Japão.

A International Wine Law tem cerca de 20 anos e hoje consegue ser uma voz activa junto da União Europeia (UE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). “É um grupo tão heterogéneo, com interesses diferentes, mas onde se tenta congrega posições, ou seja, não é uma mera discussão entre amigos, pois está de facto a conseguir manifestar para o exterior as suas posições”, sustentou Ribeiro de Almeida.

No Palácio da Bolsa, no Porto, estiveram em destaque

temas caros ao sector, como a harmonização da regulamentação do sector vitivinícola, tendo em consideração os compromissos internacionais e os diversos modelos jurídicos internacionais.

Quando se pergunta ao jurista do IVDP se a regulamentação do vinho do Porto não carece de alguma simplificação, Ribeiro de Almeida é peremptório: “Existem algumas regras que são constringentes (como a Lei do Terço e as regras sobre a fixação do benefício), mas têm tido um efeito positivo. Sendo regras que limitam de alguma forma a concorrência e o acesso ao mercado têm conseguido atribuir estabilidade ao sector do vinho do Porto. Temos conseguido vencer a concorrência do novo mundo, que tem uma legislação mais liberal”.

O Novo Mundo

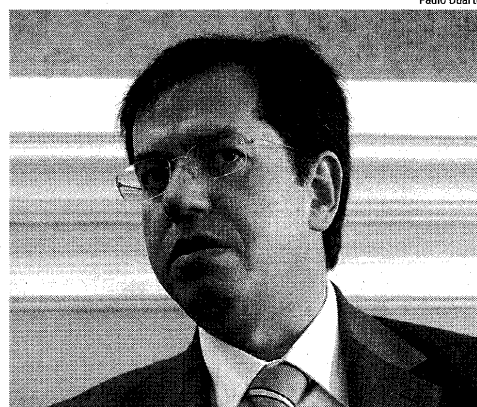
Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Chile, Argentina e África do Sul representam o chamado novo mundo. E com a reforma do mercado dos vinhos que está a ser desenhada na UE - que prevê pela primeira vez um registo comunitário das denominações de origem -, “há uma abertura muito ampla a países terceiros... vinhos australianos, chilenos, norte-americanos. O vinho do Porto não terá dificuldade, já os outros vinhos (os de mesa)...”.

Entre os temas quentes, Ribeiro de Almeida apontou os acordos bilaterais. A UE celebrou recentemente um acordo com os Estados Uni-

dos e está a negociar com a Austrália. Estes acordos podem ter impactos significativos na harmonização mundial das regras jurídicas aplicáveis ao vinho, embora exista muita controvérsia.

“O vinho do Porto está protegido em todo o espaço comunitário e num conjunto de países... onde falta essa protecção da denominação

de origem é dos Estados Unidos e na Austrália. Com este último país o acordo estará pronto em breve, relativamente aos Estados Unidos é mais complicado, explicou”. Além desta “pedra no sapato”, os vinhos portugueses debatem-se com barreiras administrativas, fiscais e aduaneiras em países como Brasil, Índia, Rússia e Turquia.



Ribeiro de Almeida | Juristas do vinho são voz activa na UE e OMC.

Paulo Duarte